

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO ÚNICO DO MEIO  
AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL**

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA - (10/11/2022).

Ao décimo dia do mês de novembro de dois mil e vinte dois, às quatorze horas e trinta minutos, na sala virtual via plataforma “Zoom” de videoconferência, ocorreu a 20ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal – (CAF-DF), com a seguinte pauta: **Item 1.** Votação da Ata da 36ª Reunião Extraordinária do CAF, encaminhada anteriormente por e-mail; **Item 2.** Apresentação do Quadro Demonstrativo Financeiro do Funam; **Item 3.** Apresentação da resolução auxiliar ao Decreto nº 43.752 de 12/09/2022 que regula o Funam: diretrizes da gestão orçamentária, contábil e financeira; **Item 4.** Apresentação do Plano de Priorização de Aplicação dos Recursos do CAF 2022 – 2023; **Item 5.** Dar baixa na lista de projetos antigos, dos quais só temos o tema; **Item 6.** Apresentação de projeto para continuidade de trabalhos com capivaras; **Item 7.** Apresentação de projeto para “Fomento da análise e validação do Cadastro Ambiental Rural - CAR”; **Item 8.** Apresentação de projeto para “Publicação de revista sobre os avanços das políticas públicas ambientais no DF”; **Item 9.** E outros informes e deliberações. Fizeram-se presentes: Sra. MÁRCIA FERNANDES COURA, Subsecretária de Assuntos Estratégicos da SEMA/DF e Vice-Presidente do CAF-DF; Sr. ALISSON NEVES e FELIPE CAMPOS DUARTE representando o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM; Representando a área técnica ambiental do GDF, Conselheiro Titular Sr. IRACILDE TITAN LIMA e o Conselheiro Suplente, Sr. ADEMAR LEAL SOARES. Representando o segmento ambiental com atuação no Distrito Federal: Sra. MARIA CONSOLACION FERNANDEZ VILLAFANE UDRY, Instituto Oca do Sol, Conselheira Titular; Conselheira Suplente do IESB, ROBERTA MARIA COSTA E LIMA e Conselheiro Titular do Instituto Avaliação, RONEY ALVES DA SILVA. Convidados especiais: MARIANA COSTA, Chefe da Assessoria Especial da Sema-DF; ELIANA LUCENA, Assessoria de Comunicação da Sema-DF; SUZZIE VALLADARES, Assessora da Sema-DF. Secretariando a reunião: Sra. FLÁVIA ILÍADA FURTADO COELHO DE OLIVEIRA, Chefe da Assessoria da SEMA/SUEST; Sr. ADEMAR LEAL SOARES, Coordenador de Colegiados e Fundos da CCOF/Sema e o Sr. PEDRO ROGÉRIO CARDOSO PARENTE DE MESQUITA, Diretor do Funam. Dando continuidade e ao constatar o quórum mínimo, a Sra. Vice-Presidente declarou aberta a reunião e passou ao **Item 1** da pauta, “Votação e aprovação

da Ata da 36ª Reunião Extraordinária do CAF, encaminhada, anteriormente por e-mail”. Após pequenas correções sugeridas pela conselheira Maria Consolacion do Instituto Oca do Sol e consultar os presentes se não havia nenhuma outra manifestação contrária, foi declarada aprovada a ata. Passando ao **Item 2** da pauta que foi a apresentação do Quadro Demonstrativo Financeiro do Funam pelo Diretor, Pedro Parente, que descreveu o quadro demonstrativo das origens e aplicações dos recursos do Funam/DF – no exercício até 31 de outubro de 2022. Salientou que os recursos provenientes de ações judiciais, taxas de compensação florestal, supressão vegetal que são depositadas em contas no Banco Regional de Brasília em nome do Funam, até a data citada, somaram R\$ 4.649.993,87. Foram pagos até o momento o montante de R\$ 183.721,87 ao projeto Capivaras e, transferido ao tesouro o valor de R\$ 2.019,172,27. **Item 3.** Apresentação da resolução auxiliar ao Decreto nº 43.752 de 12/09/2022 que regula as diretrizes da gestão orçamentária, contábil e financeira do funam. Márcia Coura, salientou que o ato normativo define as diretrizes que norteiam e orientam as ações rotineiras do Funam a cada ano. A vice-presidente fez a leitura total do documento e pontuou o artigo primeiro da resolução proposta que diz: “Ficam instituídos no âmbito do Funam os procedimentos e ações da gestão orçamentária, contábil e financeira que devem ser realizados pelo Ordenador de Despesas, Coordenador de Colegiados e Fundos e/ou pelo Diretor do Funam observando o atendimento do perfil legal requerido conforme o caso”. Após a apresentação, o conselheiro Titan Lima, parabenizou pela iniciativa e disse que a resolução organiza o passo a passo da gestão do fundo. Márcia Coura, então perguntou aos presentes se havia alguma colocação a ser feita referente a resolução e, não havendo nenhuma manifestação colocou em votação, sendo aprovada pelos conselheiros. Márcia Coura disse que a proposta de resolução da gestão operacional e financeira será encaminhada internamente para aprovação jurídica e da secretaria de economia. **Item 4.** Apresentação do Plano de Priorização de Aplicação dos Recursos do Funam 2022 – 2023. Márcia Coura salientou que o objetivo foi balizar a alocação de recursos e a aprovação de projetos a serem apoiados pelo Funam, considerando as diferentes fontes de recursos e limitações legais de aplicação, além de atender ao Plano Estratégico de Investimentos em Gestão, Conservação e Recuperação do Cerrado previsto no Decreto nº 39.469, de 22/11/2018, art, 24, §6º. A previsão do Plano de Trabalho prevista no §7º será atendida quando for estabelecido e aprovado o Plano Diretor de Arborização Urbana previsto no art. 42 do Decreto de Compensação Florestal, em elaboração pela Novacap. Disse também que a Sema está trabalhando em articulação com o Brasília Ambiental no desenvolvimento de parcerias por meio do Decreto Distrital nº 41.865 de 03/03/2021 na região da APA do Lago Paranoá. Neste

sentido, os entendimentos estão mais avançados com o Instituto Perene que estão realizando o monitoramento e manutenção dos 75 hectares plantados na região do Lago Sul e Braço do Riacho Fundo (recuperação promovida com recursos Funam 2020/2022). De maneira geral a proposta do Plano de Priorização de Aplicação de Recursos do Funam foi bem recebida, com algumas sugestões de incrementos: i) a conselheira Maria Consolacion, sugeriu a inclusão de um estudo para avaliar qual melhor técnica em termos de custo-benefício para promover a recuperação da vegetação de cerrado, em especial como no caso da orla do Lago Paranoá uma vez que os custos deste tipo de ação são bem elevados; ii) Roberta Lima salientou a importância de se criar o plano de arborização urbana, com guia e manual para delinear o plantio no Distrito federal, estabelecendo critérios e espécies a serem introduzidas; iii) Titan Lima, por sua vez, sugeriu a inclusão da atualização do manual do Funam, para clarear e auxiliar no entendimento de parceiros e colaboradores – inclusive ele já tinha uma proposta que pretendia pedir a inclusão na pauta do dia. Márcia Coura consultou os presentes e após concordância, ficou de fazer as alterações solicitadas e encaminhar aos conselheiros para validação. **Item 5.** “Dar baixa na lista de projetos antigos, dos quais só temos o tema”. Márcia Coura explicou que desde o início da atual gestão, iniciada em 2019, a Diretoria do Funam vem replicando o banco de projetos que herdou da gestão anterior, aprovados no âmbito do CAF e que não tiveram seguimento. Em pesquisa nos registros do Funam e suas atas de gestões passadas, verificou-se que o chamado “Bancos de Projetos Aprovados” é, na realidade, um conjunto de linhas ou temas com indicação orçamentária, não tendo os referidos projetos sido desenvolvidos e detalhados no formulário de apresentação de Projetos (FAP) para apreciação do CAF. Sendo eles: Gestão de políticas públicas ambientais, aprovado em 2018, com o objetivo da consultoria e o levantamento das políticas públicas existentes no âmbito do Distrito Federal; Controle Reprodutivo de Animais Domésticos, aprovado em 2017, com o objetivo da realização de procedimentos cirúrgicos de castração – ovário salpingo-histerectomia e orquiectomia em cães e gatos, para auxiliar o controle populacional; Novo desenho Institucional do Funam, apresentado em 2016 - Consultoria para análise, revisão e desenvolvimento do redesenho organizacional do Funam; Mudanças Climáticas - Cenários e Alternativas, aprovado em 2016 referente a projeções futuras de clima, com maior detalhamento, e passíveis de uso em avaliações dos impactos da mudança do clima em diversos setores socioeconômicos e ambientais; Avaliação de Riscos Climáticos e Alternativas, aprovado em 2016 para avaliação dos prováveis impactos de diferentes cenários climáticos para o DF sobre os recursos hídricos, considerando um horizonte de 30 anos (2010-2040); PCPV - Plano de Controle de

Poluição, aprovado em 2015 com o objetivo da aquisição de equipamentos e Contratação de serviços para subsidiar a implantação, execução e avaliação do programa de Inspeção e Manutenção de Veículos no Distrito Federal. Após consulta aos conselheiros foi aprovada a baixa dos projetos antigos citados. Exceto o projeto que visa revisar e aprimorar o licenciamento ambiental de Brasília, aprovado em 2018, que deverá permanecer por solicitação da conselheira Maria Consolacion. Continuando passou-se ao **Item 6**. “Apresentação de projeto para continuidade de trabalhos com capivaras”, pela assessora especial da Sema, Suzzie Valladares, que explicou que o projeto Monitoramento de capivaras e carrapatos em áreas pré-determinadas do Distrito Federal, ora apresentado vem em continuidade ao projeto de monitoramento e identificação das capivaras da orla do Lago Paranoá, que foi desenvolvido de 30 de junho de 2021 a 1º de novembro de 2022, em uma parceria da Sema com a Universidade Católica de Brasília – UCB, com recursos do Funam. Salientou que acompanhando a execução do projeto e as demandas da sociedade, entenderam que a geração e divulgação de informações sobre a fauna é extremamente importante, trazendo um sentimento de segurança na sociedade. As reclamações que eram constantes, chegaram a zero nos últimos meses, resultado positivo das campanhas educativas qualificadas. Porém tem questões práticas a serem resolvidas, para as quais precisam de profissionais com disponibilidade e conhecimento para produzir soluções adequadas para o ambiente, a sociedade e o patrimônio urbanístico do DF. Citou que os objetivos são desenvolver estratégias sustentáveis de manejo de carrapatos em Unidades de Conservação; executar estratégias pré-aprovadas de manejo de carrapatos; desenvolver modelos de barreiras para evitar o deslocamento de capivaras até vias públicas; produzir e instalar barreiras para evitar o deslocamento de capivaras até vias públicas, sem impedir o fluxo de pedestres e executar ações educativas sobre a convivência pacífica com capivaras e sobre zoonoses. Falou ainda que as técnicas deverão ser seguras para garantir a manutenção qualidade da água e do solo, sendo também seguras para áreas em que há frequente presença de outros animais, sobretudo domésticos, além da população humana, evidentemente. As técnicas deverão apresentar razoabilidade econômica e ser aprovadas pelo Brasília Ambiental para testes em UCs, ou seja, sem uso de venenos químicos e fogo. Márcia Coura acrescentou, que a metodologia de cada etapa do trabalho será definida na proposta técnica da instituição selecionada no chamamento público para apresentação de projetos por demanda induzida, sendo um dos critérios de análise das propostas. Para a execução da iniciativa está prevista a abertura de chamamento público para apresentação de projetos por demanda induzida, cujo proponente deverá ter no mínimo três anos de constituição e

atividade comprovada no DF, em pesquisa na área. O valor do projeto foi fixado em R\$ 400.000,00, procedente do Funam. **Item 7.** Apresentação de projeto para “Fomento da análise e validação do Cadastro Ambiental Rural - CAR”. Alisson Neves da Superintendência de Licenciamento do Ibram fez uma ampla explanação sobre o cadastro ambiental rural que se constitui na mais importante ferramenta de concretização da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Trata-se de uma base de dados dinâmica, destinada a atender a múltiplas finalidades, com destaque para a integração das informações ambientais das propriedades e posses rurais do DF e para o mapeamento e monitoramento da vegetação nativa. Disse que é um instrumento de suporte a diversas políticas públicas tangentes ao planejamento ambiental e econômico do imóvel rural e da paisagem, ao controle e combate ao desmatamento, e à concessão de crédito rural, o que afeta, de conseguinte, o sistema financeiro brasileiro. A análise das informações ambientais declaradas no âmbito do CAR é imprescindível para avançar na regularização ambiental dos imóveis e posses rurais e na consolidação de uma política de meio ambiente que enxerga os proprietários e posseiros rurais como parceiros do órgão ambiental e atores chave da preservação do meio ambiente. No escopo, o Projeto visa a contratação de três consultorias especializadas, conhecedoras do módulo de análise do sistema do CAR e com experiência no território do Distrito Federal para atuar nas análises e validações das informações ambientais declaradas e para construir um manual de análise, bem como minuta de uma normativa a fim de subsidiar a formalização de regras de análise, orientar a capacitação de novos servidores na tarefa de análise e trazer transparência ao processo do CAR para usuários internos e externos do serviço. Saliou ainda que o objetivo é impulsionar as análises de Cadastros Ambientais Rurais no âmbito do Distrito Federal e normatizar os procedimentos de análise, validação e assinatura de Termos de Compromisso visando aprovar as informações ambientais declaradas para implementação do Programa de Regularização Ambiental - PRA/DF. O valor do projeto ficou acordado da seguinte maneira, R\$ 480,000,00 do Funam e R\$ 26.400,00 como contrapartida, totalizando R\$ 506.400,00.

**Item 8.** Apresentação de projeto para “Publicação de revista sobre os avanços das políticas públicas ambientais no DF”. Mariana Costa, Chefe da Assessoria da Sema, iniciou fazendo algumas colocações pontuais sobre a iniciativa referente a publicação de material sobre a “Política Ambiental do Distrito Federal frente à Emergência Climática”, para viabilizar a elaboração e publicação por empresa especializada, em meio digital e impresso, de produto editorial voltado à divulgação dos avanços das políticas públicas na área ambiental no âmbito do Distrito Federal. Para a elaboração do

documento, será licitada empresa de comunicação com equipe multidisciplinar, para a realização de levantamento de conteúdo, entrevistas com técnicos e gestores públicos, redação de matérias, artigos, produção de fotografias, diagramação e desenvolvimento de projeto editorial e gráfico, além de contratação de gráfica para a impressão do material. O trabalho será realizado sob orientação e com o acompanhamento da Assessoria de Comunicação (ASCOM) e do Gabinete da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Distrito Federal, desde a etapa de planejamento até a entrega do produto. O objetivo é produzir publicação que apresente à sociedade os avanços da Política Ambiental do Distrito Federal frente à emergência climática, com base no trabalho desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente do DF e parceiros. Completando a fala da Mariana, Márcia Coura disse que era objetivo também realizar levantamento do arcabouço de ações e medidas de implementação da Política Ambiental do Distrito Federal, considerando as principais agendas ambientais: proteção e recuperação do Cerrado (fauna e flora), recursos hídricos, resíduos sólidos, clima e sistema de informações e monitoramento, bem como a transversalidade dessas ações para a mitigação do aquecimento global e adaptação a seus efeitos deletérios. Eliana Lucena, disse que teve um problema técnico que a impediu de inicial a apresentação, agradeceu a Mariana e acrescentou que muitas matérias informativas foram produzidas nos últimos quatro anos, mas muitas vezes não chegam a um universo maior de pessoas, daí a importância do projeto apresentado. O valor do projeto é R\$ 200.000,00 procedente do Funam. No item **9 da pauta** “outros informes e deliberações” foi apresentada a “Proposta de atualização do Manual de Aplicação de Recursos do Funam”, elaborada pelo Conselheiro Titan Lima, que salientou que o projeto busca viabilizar a atualização do Manual de Aplicação do Funam, considerando as atualizações da base normativa do Fundo e das diretrizes correlatas vigentes. Para a elaboração do documento, será contratado serviço de consultoria para proposição técnica da atualização do Manual, cuja versão vigente foi aprovada pela Resolução nº 1/2019 – CAF. Desde então ocorreram atualizações administrativas e de instrumentos legais que balizam a aplicação de recursos do Funam. Além disso, observa-se que é oportuna adoção de linguagem mais acessível ao conjunto de gestores públicos e representações sociais que precisem acessar orientações sobre o uso de recursos do Funam para desenvolvimento de projetos apoiados pelo fundo. Relatou que o Manual, uma vez aprovado pelo CAF, deverá ser objeto de edição gráfica para melhor. Disse que o objetivo é realizar levantamento do arcabouço legal vigente relacionado à aplicação de recursos do Funam, além de desenvolver projeto editorial e gráfico para meio digital, com linguagem acessível, visando ampla divulgação das diretrizes do Funam, aos interessados no

desenvolvimento de projeto. O valor utilizado será de R\$ 80.000,00 procedente do Funam. Após as apresentações os conselheiros se manifestaram de forma espontânea quanto à relatoria dos projetos. Ficando assim distribuído: Maria Consolacion, Oca do Sol, “Publicação de revista sobre os avanços das políticas públicas ambientais no DF, da Sema”. Felipe Duarte do Ibram, “Proposta de atualização do Manual de Aplicação de Recursos do Funam”. Titan Lima, Sema DF, “Projeto para continuidade dos trabalhos com capivaras”, e Roberta Lima, Iesb, “Fomento da análise e validação do Cadastro Ambiental Rural - CAR”. Por sugestão da Roberta Lima, ficou agendado para o dia primeiro de dezembro a próxima reunião para apresentação dos pareceres. Não havendo nada mais a tratar, a Vice-Presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião. Sendo assim, eu ADEMAR SOARES, Coordenador de Colegiados e Fundos, lavrei a presente Ata, que na 38ª reunião do CAF, realizada em 08/12/2022, foi então aprovada.